



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



**AGRICULTURA FAMILIAR RIBEIRINHA,
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA: ILHAS DO COMBU,
MURUTUCU E GRANDE**

**RIVERSIDE FAMILY FARMING, DEVELOPMENT,
AND SUSTAINABILITY IN THE AMAZON: ISLANDS
OF COMBU, MURUTUCU AND GRANDE**

Silvio Kanner Farias  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Gilson da Silva Costa  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

O presente artigo aborda as relações conceituais entre as categorias agricultura familiar e agricultura familiar ribeirinha, tendo em vista as condições agronômicas, econômicas, ecológicas e socioculturais dos ribeirinhos das ilhas em estudo. Define a categoria agricultura familiar ribeirinha como um subtipo marcadamente amazônico e estuarino, distinto pelo histórico de ocupação e pelas condições do meio biofísico. Além de revisão bibliográfica, foi realizada pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas, com famílias nas comunidades das ilhas do Combu, Murutucu e Grande, que são parte da zona insular do município de Belém, destacando as principais características das suas condições sociais e formas de produção, tendo como plano de fundo discussões sobre limites e possibilidades de desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia. Observaram-se condições precárias de infraestruturas sociais e atenção pública, bem como expansão das áreas de cultivo de açaí, expressando tendência de simplificação do sistema de produção, o que implica em riscos agroecológicos e socioeconômicos.

Palavras-chave: sustentabilidade; campesinato; agricultura familiar; ribeirinhos; Amazônia.

ABSTRACT

It addresses the conceptual relationships between family farming and riverside family agriculture categories, in view of the agronomic, economic, ecological, and sociocultural conditions of the riverine people of the Amazon estuary. Defines the riverside family farming category as a markedly Amazonian and estuarine subtype, distinguished by the history of occupation and the conditions of the biophysical environment. It presents the results of field research with the communities of the islands of Combu, Murutucu and Grande, which are part of the insular area of the municipality of Belém, highlighting the main characteristics of their forms of production and sociability, having as a background the discussions about the limits and possibilities of development and sustainability of family farming in the Amazon. An expansion of açaí cultivation areas was observed, expressing a tendency to simplify the production system, which implies agroecological and socioeconomic risks and precarious conditions of social infrastructure, and public attention.

Keywords: sustainability; peasants; family agriculture; riverside; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Considerando-se o processo histórico de formação do campesinato amazônico, as novas formas de agricultura familiar (Hurtienne, 2005, p. 29) têm ocupado um amplo espaço nas agendas de pesquisa. Contudo, o mesmo não pode ser dito sobre a agricultura familiar ribeirinha ou sobre os habitantes das várzeas. Não obstante sua significativa relevância demográfica, social e econômica, os ribeirinhos do estuário amazônico seguem como um grupo social de pouca relevância nos programas de pesquisa.

Pereira (2007, p. 12) assevera que o “habitante da várzea”¹ constitui a maior parte da população rural da Amazônia. Dados da Superintendência Regional do Incra no Nordeste do Pará (INCRA SR PA/NE), relativos aos assentamentos criados, informam a existência de 278 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), que abrigam 52.715 famílias e ocupam uma área de 2.250.883,99 ha (INCRA, 2017). Todos esses assentamentos são considerados como de reforma agrária e estão localizados na região estuarina entre Cameté e o arquipélago do Marajó, no estado do Pará.

Mesmo diante de sua relevância numérica, ou mesmo da robustez da presença do rio e da floresta na constituição identitária amazônica (Pantoja; Maués, 2008), o debate sobre agricultura familiar, ou camponesa, na Amazônia, tem elidido, em grande medida, sua forma ribeirinha. Disso decorre a relevância desta pesquisa, que tenta contribuir visando preencher essa lacuna.

A agricultura familiar pode ser pensada como uma categoria genérica, ou “guarda-chuva”, sob a qual se oculta uma diversidade de espécies (Wanderley, 1997). A agricultura familiar ribeirinha estuarina constitui forma tipicamente amazônica desta categoria genérica, com forte componente de manejo do ecossistema natural. Sua existência é anterior à agricultura familiar convencional de terra firme e predominantemente agrícola e sua formação está ligada à fase de predominância dos rios como meios de transporte e comunicação.

Sua própria configuração indica que a relação com o rio é estruturante para o sistema de produção, por exemplo, como mecanismo de fertilização dos solos, usados no manejo de plantas nativas ou mesmo plantios e para a manutenção da família; além da sua importância para a pesca. Para Costa (2006), trata-se de um campesinato das águas.

¹ Deve-se diferenciar as várzeas do médio Amazonas, cujo regime fluvial (enchente, cheia, vazante e seca) é anual e as várzeas estuarinas com regime fluvial determinado pelo fluxo das marés.

Este artigo tem por objetivo discutir as relações conceituais entre agricultura familiar e agricultura familiar ribeirinha, visando estabelecer a última como um tipo no quadro da agricultura familiar em geral e demarcar suas especificidades a partir de dados de pesquisa empírica realizada nas ilhas do Combu, Murutucu e Grande, na parte insular do município de Belém, destacando suas características ecológicas, agrônômicas, econômicas e socioculturais, com foco na discussão sobre os desafios e limites ao desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Em seu balanço empírico e conceitual sobre agricultura família, Schmitz e Mota (2010) destacam que a diferenciação interna impõe dificuldades, mas assumem que apesar da heterogeneidade dos tipos, a ideia de agricultura familiar ganhou unidade como categoria de ação política². Para Hurtienne (2005, p. 29), não existe uma “divisão clara” entre as novas formas de agricultura familiar e as antigas, das “populações chamadas tradicionais como grupos de indígenas, ribeirinhos ou extrativistas”.

Quando se trata dos ribeirinhos sujeitos desta pesquisa, de fato, admite-se que o conceito geral de agricultura familiar, relacionado à unidade entre família, gestão e produção, pode ser aplicado. Mas questões como adaptação ecossistêmica, lógica interna, relação com o meio exterior (mercado, estado, sociedade) e cultura, são claramente a expressão de particularidades e diferenciação em relação, por exemplo, ao produtor de maracujá com 20 hectares (ha) no Nordeste paraense ou o colono da transamazônica (Schmitz; Mota, 2010 p. 26). O histórico de ocupação e o tipo de meio biofísico delimitou no passado e delimita no presente esse tipo de agricultura familiar. Deles decorrem suas principais características agroecológicas e socioeconômicas.

Apesar disso, suas condições gerais permitem adotar a categoria agricultura familiar, na perspectiva proposta por Wanderley (1997, p. 10), como um “conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. Por esta razão, adota-se nesse estudo o conceito de agricultura familiar ribeirinha.

Nesta pesquisa, foram entrevistadas 30 famílias de agricultores nas ilhas do Combu, Murutucu e Grande (região insular de Belém, estado do Pará), entre os anos de 2014 e 2015. Esta pesquisa é parte de um projeto maior de estudos sobre agricultura familiar ribeirinha da região estuarina do estado do Pará, que vem sendo realizado pelo grupo de pesquisa Natureza, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia (NADESA) desde o início

² A ideia de Agricultura Familiar como categoria de ação política está bem estabelecida no trabalho de Neves (2001).

dos anos 2000, o qual será expandido a partir de então para outras áreas do estuário por meio de projeto de pesquisa específico.

Por sua proximidade com o mercado e a cidade de Belém, os moradores dessas ilhas vivem em constante fluxo com a cidade. Eles compartilham com os outros tipos de agricultores familiares a ausência de infraestruturas sociais que o Estado disponibiliza aos moradores das cidades, mesmo que algumas vezes de forma precária.

Conforme os dados da pesquisa, as famílias de agricultores entrevistadas são as responsáveis pela gestão e produção de pequenos estabelecimentos rurais (dedicados a atividades extrativas e agrícolas) com o uso predominante de mão de obra familiar e produção voltada para o autoconsumo e para o mercado. As principais atividades são a coleta de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e a pesca do camarão de água doce (*Macrobrachium amazonicum*), com a presença de diversas outras atividades: criação de pequenos animais; fabrico de apetrechos de pesca; cultivo de cacau (*Theobroma cacao*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*); e extração de óleos.

Contudo, a expansão do mercado do açaí coloca questões relevantes para os agroecossistemas e para a socioeconomia no estuário Amazônico, e para a agricultura familiar ribeirinha. O processo de “açaização”³ identificado na pesquisa comporta o risco de simplificação dos sistemas de produção e de diferenciação social⁴.

Nesse sentido, o artigo também busca apreender a realidade social dos moradores das ilhas pesquisadas, analisar e descrever o sistema de produção e discutir os riscos e as possibilidades contidos no novo ciclo do açaí, tendo em vista as discussões sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia.

2 AGRICULTURA FAMILIAR RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA: ABORDAGEM CONCEITUAL E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O debate sobre agricultura familiar, ou campesinato na Amazônia, até pelo menos o início dos anos 2000, tem se concentrado mais detidamente

³ O manejo de açaí nativo é uma prática agrônômica que consiste em potencializar a espécie econômica no ecossistema florestal. Visa estabelecer o stand ideal de touceiras por ha e manejar as touceiras (em número de perfis e tamanho das hastes) para melhorar a produtividade. Estudos indicam que a produtividade pode dobrar em comparação a áreas nativas não manejadas. O manejo não conduz à açaização, mas a um sistema agroflorestal complexo. A açaização é a substituição da complexidade do sistema ecológico da várzea pelo açaí com características de monocultivo (Ferreira, 2013).

⁴ Para a compreensão da categoria diferenciação social, em oposição à diferenciação demográfica ver Chaynov (1974).

sobre o seguimento terra firme, com destaque para os estudos no Nordeste Paraense (Costa, 1994; Hurtienne, 2005) e para as regiões de Marabá (Reynal *et al.*, 1996) e Transamazônica (Castellonet; Simões; Celestino Filho, 1998), abordando temas como a reprodução do campesinato na fronteira ou a dinâmica dos sistemas de produção. No caso das várzeas, a discussão é encaminhada mais para o tema das populações tradicionais, em que se destaca a relação equilibrada com a natureza, típica dessa forma social de produção protagonizada por essas populações, tal como no estudo de Costa (2006).

Essas populações desenvolveram um sistema adaptativo que objetiva estabelecer harmonia entre o homem e a natureza, baseada na preservação do espaço, dos recursos naturais, em busca da não destruição “do delicado e complexo equilíbrio” existente entre as florestas, os solos e os rios da região estuarina, necessário para sua reprodução social, cultural e alimentar (Allegretti, 1996; Murieta *et al.* 1998).

Mais recentemente, ribeirinhos do estuário Amazônico têm sido abordados de diferentes formas, sendo que essas abordagens estão, em geral, ligadas a uma perspectiva de desenvolvimento e sustentabilidade de acordo com a filiação teórica do autor. Dentre os principais conceitos utilizados para definir essas populações, estão campesinato, agricultura familiar e populações ribeirinhas (Godoi; Menezes; Marin, 2009). Neste trabalho, os ribeirinhos são abordados como um tipo de agricultura familiar, caracterizada pela forte presença do rio e pelo manejo e uso de ecossistema de várzea⁵.

Segundo Fuller (1990), comunidades tradicionais amazônicas possuem a capacidade de desenvolver práticas que vão além da produção agrícola, executando atividades de transformação e venda direta da produção, garantindo segurança alimentar, manutenção de características sociais e culturais, aliadas à proteção da natureza (Cazella; Roux, 1999; Cazella; Bonnal; Maluf, 2009).

Entre essas práticas, Wagley (1988) descreveu a importância do extrativismo para a reprodução social, cultural e econômica de comunidades amazônicas, principalmente durante os “surto” econômicos que remontam à história do desenvolvimento da região. Castro (1965), apesar de criticar e chamar a prática extrativista de “destrutiva”, demonstra diferentes atividades desenvolvidas na Amazônia, que vão desde a simples coleta de

⁵ A discussão sobre a percepção dos ribeirinhos como populações tradicionais, conforme defendem Lira e Chaves (2016) não será objeto deste estudo.

sementes, frutos, raízes e cascas de árvores, à caça e à pesca, até à extração do látex, de óleos e de resinas vegetais. Essas atividades eram desenvolvidas tanto com objetivos comerciais (geração de renda) quanto de autoconsumo.

Castro (1965) comenta, ainda, sobre o papel que as frutas nativas (principalmente o açaí) detém na alimentação da população amazônica, e as várzeas são seu ecossistema original. Contudo, a ideia pura e simples de extrativismo não corresponde mais ao que ocorre na agricultura familiar do estuário com a ampliação do cultivo de açaí manejado (Queiroz; Mochiutti, 2012). Esse fenômeno corrobora a possibilidade de se pensar os ribeirinhos como uma forma específica de agricultura familiar, o que não é em si mesmo novo no quadro de uma visão conceitual bastante diversa dessa população.

Para Hurtienne (2005, p. 30), “o grande desafio é atingir uma compreensão mais diferenciada das diversas formas de agricultura familiar na terra firme, na várzea ou no estuário”. Com isso, pode-se inferir que o autor pensava a população estuarina como parte da grande categoria “agricultura familiar”. Por outro lado, considerando outros autores (Costa, 1994), verifica-se que o termo agricultura familiar e campesinato são empregados frequentemente como sinônimos, por isso os trabalhos que se referem ao campesinato, quando pensam essas populações, não problematizam a disjuntiva campesinato e agricultura familiar (Costa, 2006). Quanto a essa questão, a revisão do debate elaborada por Schmitz e Mota (2010, p. 31) é bastante completa, razão pela qual o tema não precisa ser aprofundado neste artigo.

As questões que parecem mais relevantes são: identificar as particularidades da agricultura familiar ribeirinha, o que a torna uma categoria singular no âmbito da grande categoria proposta por Wanderley (1997), destacar sua relevância populacional e produtiva para a Amazônia e os principais componentes do seu sistema de produção.

A referência ao rio, na definição do modo de vida, da cultura e do sistema de produção (Dufumier, 2010, p. 85) dos ribeirinhos está presente na unanimidade dos estudos. Dialogando com o tema do campesinato, Hiraoka (1993, p. 26) indica que o termo ribeirinho poderia ser usado para designar os camponeses da Amazônia que vivem às margens dos rios.

Contudo, os processos de integração mercadológica dessa população, notadamente em razão do aumento da demanda por açaí, fazem questionar o termo campesinato, considerando que o tipo de relação com o mercado define a categorização social (Abramovay, 1992). Segundo Schmitz e Mota (2010), os saberes tradicionais são relevantes na definição do tipo camponês, posto que o manejo de açaí tem sido cada vez mais guiado por técnicas

de cultivo, e ainda porque se trata de uma prática agronômica, segundo resultado de pesquisas. Portanto, baseado em conhecimentos científicos, o uso do termo campesinato parece cada dia mais inapropriado.

Para Rente Neto e Furtado (2015, p. 160), a definição de ribeirão sobressai como aporte central de análise a sua relação com o rio. Foi a partir disso que Furtado e Maneschy (2002) cunharam o qualificativo ribeiridade, isto é, uma vida social e material relacionada ao mundo das águas. Já Chaves, Simonetti e Lima (2008) se referem aos ribeirões como “populações que vivem à margem dos rios”. Embora relevantes e capazes de captar o essencial, essas abordagens são genéricas e aportam pouca informação sobre os modos de vida e produção da população estuarina; além disso, contém o risco de homogeneizar os habitantes de beiras de rio, algo que, mesmo para o estuário, não parece ser real.

O relacionamento do ribeirão com o rio é, de fato, o elemento que marca a particularidade desse tipo de agricultura familiar nas ilhas estudadas⁶, e sua condição de agricultura familiar é também perceptível. O barco é o meio de transporte, tanto entre as ilhas, comunidades e vizinhança, quanto entre as ilhas e a cidade. Pelo rio, chega-se à escola, à igreja, à reunião e às festividades. O rio é o lugar da pesca, é o meio de escoamento da produção e, nesse caso específico, proporciona o mecanismo natural de fertilização dos solos, ou seja, é fundamental para o sistema de produção.

O rio é fator relevante na relação entre essas agriculturas ribeirinhas e os paradigmas alternativos de agricultura: convencional e agroecológica (Altieri, 2004). A predominância da agricultura familiar no estuário se deve, provavelmente, à dificuldade da agricultura convencional em colonizar a várzea, e o potencial agroecológico da agricultura familiar ribeirinha é fato conhecido⁷, o que parece estar relacionado culturalmente à herança indígena e agronomicamente à fertilização natural pelo fluxo das marés.

A agricultura familiar ribeirinha se desenvolveu no ecossistema de várzea; na prática, um ecossistema formado pelo encontro entre os rios e a floresta, com forte efeito de bordadura (Odun, 2001, p. 250), isto é, rios e florestas estão imbricados, desenvolveram-se equilibradamente em

⁶ Interessante notar que essa relação com o rio implica dificuldade de enquadramento institucional e isso se reflete nos dados de participação associativa dos ribeirões. Conforme a pesquisa, 54% dos entrevistados informaram que são filiados a alguma organização. Desses, 33% possuem ligação com a Colônia dos Pescadores; 27% com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém; 13% com a Associação dos Produtores Rurais do Periquitaquara; 7% estão na Associação de Pescadores; 7% com o Sindicato das Ilhas; 7% na Cooperativa de Barqueiros; e 6% na Associação da Ilha Grande.

⁷ Ver Arima, Maciel e Uhl (1998).

uma bacia sedimentar, compondo um ecossistema muito particular, e isso indica que a relação com a floresta é também estruturante dos sistemas de produção e modos de vida.

Essa condição implica alterações na dinâmica família estabelecimento, uma vez que parte relevante do necessário para a reprodução das famílias é dada pelo meio natural, como dádiva da natureza, ou seja, o rio e a floresta; e parte é obtida pelo resultado da alocação de trabalho pelas famílias e isso explica a grande estabilidade desses sistemas de produção, sua complexidade intrínseca, mas também os riscos que uma simplificação e uma especialização dos sistemas de produção contêm. Essa complexidade intrínseca se explica pela permanência desse sistema de produção por mais de 200 anos; contudo, o novo contexto inclui novos riscos.

As possibilidades tecnológicas no estuário são limitadas⁸ pela própria condição do meio biofísico, pois a imensa maioria dos desenvolvimentos técnicos na agricultura foi criada tendo em vista uma noção de agricultura que tem como pressupostos: solos drenados (terra firme), eliminação da cobertura natural e sua substituição pelo ecossistema cultivado, e a artificialização, tendo em vista potencializar os resultados de uma planta, geralmente, geneticamente melhorada.

Entendendo a complexidade dos sistemas de produção, no sentido de Costa (1994), como um processo oposto à especialização, tal como verificada nos estudos de sistemas agrários na região de Marabá (Reynal *et al.*, 1996), pode-se dizer que os sistemas de produção familiar ou camponês do estuário são intrinsecamente complexos e agroecológicos (Costa, 2006). Existem poucas razões para afirmar que a especialização, no sentido da açaiização, poderia manter essa condição ecológica. De fato, os sistemas de produção familiares ribeirinhos do estuário têm persistido desde o período colonial, alimentando uma população significativa e exportando recursos consideráveis para as cidades.

Em termos socioeconômicos, a recente pressão de mercado ocasionada nos sistemas pela economia açáifera pode ter dois desdobramentos: a “farmerização” (Schneider; Cassol, 2017, p. 87), com a consolidação de uma agricultura familiar de alta renda, manejo ecológico e pluriatividade,

⁸ Em casos de especialização de sistema de produção, crises técnicas podem induzir investimentos em diversificação ou complexificação (Figueiredo; Hurtienne, 2006). Para o caso da Agricultura Familiar de terra firme, essas possibilidades de diversificação são bastante amplas, dependem mais especificamente do mercado do que dos aspectos agroecológicos. No caso do estuário as condições particulares do meio biofísico limitam essas possibilidades. Uma crise técnica teria um potencial de catástrofe seguramente maior na várzea.

mas mantendo a estrutura fundiária, e com isso se estaria no quadro da diferenciação demográfica; ou, na falta de um termo melhor a “junkerização”, com a diferenciação entre agricultores ricos, que passariam a monopolizar áreas cada vez maiores, por meio de sua capacidade de investimento em capital, e agricultores pobres, moradores ou mesmo assalariados rurais, algo que corresponderia a uma diferenciação social⁹.

A criação de assentamentos agroextrativistas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nas regiões estuarinas da Amazônia na primeira década do século, parece contribuir para a primeira das alternativas de desenvolvimento ao bloquear o mercado de terras, mas isso não ocorreu em toda a zona do estuário. Apesar da grande quantidade de assentamentos criados, a maior parte do estuário ainda está organizada, em termos fundiários, com base na propriedade tradicional.

Os desdobramentos agroecológicos e socioeconômicos da açaiização estão, por sua vez, relacionados. A segunda via de desenvolvimento, por exemplo, introduziria a lógica capitalista na exploração desses ecossistemas e implicaria uma dificuldade superior para a manutenção de sua sustentabilidade ambiental, como indica o estudo de Carvalho, Alves e Carneiro (2021), e mesmo como expressa o próprio processo de desenvolvimento agrícola nas áreas de terra firme na Amazônia. Avaliar a sustentabilidade desses sistemas de produção, na zona mais próxima do mercado de açaí, pode fornecer pistas sobre os sentidos de desenvolvimento indicados.

3 O NOVO CICLO ECONÔMICO DO AÇAÍ E O PROCESSO DE AÇAIZAÇÃO

Está-se diante de um novo ciclo agrícola na Amazônia: o ciclo do açaí. Dados da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) indicam que o estado do Pará é o maior produtor nacional de açaí, com um volume anual de 1.389 mil toneladas de frutos para o ano de 2020, com uma área explorada (açaí plantio e açaí manejo) superior a 212 mil hectares. Somente no ano de 2020, foram comercializados pelo estado do Pará quase um bilhão de produtos oriundos do açaí para os mercados nacional e internacional. Apenas entre 2015 e 2019 a produção cresceu 32% (SEDAP, 2023).

⁹ Diferenciação social refere-se à diferenciação de classes, mas não se assume neste texto a premissa “kautskiana” de uma superioridade da grande propriedade sobre a pequena, mas sim a ideia defendida em Malagodi (2017), segundo a qual a questão agrária é uma questão de agricultura de base familiar, ou seja, a invisibilização social e política da agricultura familiar interfere na estrutura agrária.

A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS) registra que a exportação de açaí cresceu quase 15 mil por cento em dez anos, passando de 41 toneladas em 2011 para 5.900 toneladas em 2020. Em 2018, a exportação rompeu pela primeira vez a casa das duas mil toneladas. Os últimos cinco anos parecem ser o ponto de virada nas vendas externas do fruto e o início de um novo ciclo econômico (ABRTAFRUTAS, 2021). Além das exportações, observa-se também um forte crescimento da quantidade e da área colhida no estado do Pará. Em estudo recente sobre o impacto do lançamento das variedades BRS Pará e BRS Pai D'égua, a EMBRAPA aponta que a área plantada com essas variedades cresceu 675% nos últimos 12 anos (EMBRAPA, 2023)¹⁰.

O Baixo Tocantins e o Arquipélago do Marajó são as principais regiões produtoras de açaí do estado do Pará. Ainda que a contribuição do açaí oriundo de cultivos em terra firme esteja crescendo, predominantemente, sua base persiste, sendo a produção oriunda das várzeas, que responde pela liderança da produção e exportação mundial da fruta. Registra-se ainda que a forma social dessa produção é predominantemente familiar, mesmo que outras formas sociais estejam ampliando sua participação, com o plantio convencional.

O novo ciclo econômico do açaí pode ser entendido como um processo persistente de valorização de mercado¹¹, que produz elevação extraordinária de todos os indicadores de expansão: área plantada, vendas e exportações. Por sua vez, esse processo reincide sobre a realidade rural, impulsionando ainda mais os indicadores; é isso que tem acontecido com a cultura do açaí, precisamente. De outra forma, esses crescimentos atraem

¹⁰ Visitamos o campo de produção de sementes do BRS Pai D'égua na EMBRAPA, município de Igarapé Açu no dia 30 de março de 2023. As sementes são comercializadas por uma empresa que venceu a licitação. O campo tem 1 ha de matrizes plantadas que produz 11 toneladas de frutos por ano. Cada Kg de semente contém 1.200 sementes, essas sementes apresentam um percentual de germinação de 80%. Considerando uma densidade de 400 plantas por ha, manejando as etipes, chega-se a uma capacidade de 27 mil hectares por ano de expansão. Para adquirir sementes os interessados precisam aguardar numa fila de espera. Atualmente diversos produtores de vários estados tem adquirido e plantado sementes de BRS Pai D'égua.

¹¹ Pesquisas de preços conduzidas em algumas feiras de Belém, apontam para um preço médio de R\$ 80,00 a lata de 14 kg, base abril/2023. Este, contudo, é o momento da entressafra, dados da Safra (primeiro semestre) indicam um preço médio de R\$ 40,00 a lata. Nessas condições, para uma produtividade de 4 toneladas por ha, a receita obtida alcança 11,4 mil reais por ha. O manejo de uma área de 10 ha, pode produzir na atualidade uma receita anual bruta de 114 mil reais a uma família. Sem contar outras componentes do ecossistema que também passam por um processo de valorização como a semente de andiroba (R\$ 2,00/kg), o látex da seringueira (R\$ 10,00/kg) e o próprio Cacau, comercializado atualmente por 14,50 o kg da amêndoa seca.

a atenção tanto de agências públicas, quanto de investidores dentro e fora do estado. São comuns, como exemplo, relatos de empresários de outros estados que se deslocam para a Amazônia com o objetivo de se dedicar ao cultivo do açaí.

No caso específico do açaí, registra-se sua enorme flexibilidade agrônômica. Até o momento, foram mapeados por outra pesquisa que estamos conduzindo, plantios de açaí consorciados com Seringa (*Hevea brasiliensis*), Cacau (*Theobroma cacao*), Dendê (*Elaeis guineensis*) e Banana (*Musa spp.*), em Sistemas Agroflorestais e nos ecossistemas de várzea com toda a diversidade florística do sistema, além da própria possibilidade de sua exploração em várzea e terra firme, o que por si constitui algo relativamente raro entre as culturas agrícolas.

Desse modo, os dados demonstram que, de 2015 em diante, a economia açáifera nacional ou paraense dava uma guinada ascendente sem precedentes. Efetivamente, isso aponta uma nova força emergente no agrário regional, e a corrida dos empresários do agronegócio, ávidos por superlucros, rumando às compras de capital constante, ou seja, terras e matérias-primas (açaí em frutas). Essa conjuntura gera tensões entre os participantes do mercado e representa um enorme desafio para a agricultura familiar ribeirinha, que pode passar a ter que enfrentar a concorrência com a agricultura empresarial.

A agricultura familiar ribeirinha, secular, atravessa, então, um intenso processo de mudança como resultado dessas forças externas, ou condições estruturais dadas por uma situação de mercado específica. Tal mudança, se não for adequadamente discutida, visando formar bases científicas para a ação pública, pode implicar em sérios riscos para os agroecossistemas e por sua vez, para a sociedade não apenas da várzea, mas de toda a região amazônica. Estudar como esse processo está ocorrendo em locais específicos pode ajudar a qualificar o olhar sobre o tema. Um desses riscos refere-se à açaiização das várzeas.

Conforme Hiraoka (1993), o que chamamos de açaiização consiste no processo de expansão das áreas manejadas com açaí no estuário amazônico, com redução da diversidade florística, impulsionada por preços altos, dados pela elevada demanda do mercado externo e ganhando contornos de monocultura. Açaiização equivale, por tanto, à redução da diversidade genética dos ecossistemas de várzeas e sua substituição pelo açaí como forma “desesperada” de elevar a produção e dessa forma as rendas. Estudos da EMBRAPA apontam que o processo de açaiização das várzeas é inclusive contraproducente do ponto de vista agrônômico (Queiroz; Mochiutti, 2012).

Com base nesses estudos, o preconizado para as várzeas seria o manejo de mínimo impacto, com um stand de 400 touceiras por ha em consórcio com uma população arbórea local de 256 indivíduos de diferentes portes na mesma área, priorizando-se a diversidade, mas as condições de popularização dessa tecnologia ainda não são as ótimas. A adoção dessa tecnologia torna praticamente indiferenciada uma área agronomicamente manejada de açai, de uma área de vegetação sem intervenção.

4 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE NAS ILHAS DO COMBU, MURUTUCU E GRANDE

Os resultados da pesquisa com os ribeirinhos das ilhas do Combu, Murutucu e Grande serão apresentados tendo em vista uma visão geral das famílias estudadas, considerando elementos que se referem às questões sociais, à guisa de contextualização na primeira parte e em seguida, uma visão geral do sistema de produção com identificação dos principais componentes (subsistemas) e suas tendências de desenvolvimento, com alguns comentários sobre desafios e potencialidades em termos de sustentabilidade.

A despeito do crescimento recente do turismo nas ilhas de Belém, entre os agricultores ribeirinhos estudados não há registro de atuação nesta atividade. Entretanto, observou-se que 29% dos entrevistados, ou de membros de suas famílias, possuem outro tipo de ocupação e/ou trabalho complementar fora da atividade rural. Essas ocupações vão do artesanato, ao barqueiro, do comércio à enfermagem, além de diaristas e vigilantes – formas mais comumente encontradas. Isso aponta para uma tendência de pluriatividade, mas as indicações apontam que se trata de um fenômeno mais relacionado a essas ilhas em particular, em razão de serem parte da cidade de Belém.

4.1 VISÃO GERAL SOBRE AS ILHAS E AS FAMÍLIAS ESTUDADAS

As três ilhas contam com fornecimento regular de energia elétrica. As casas são geralmente de madeira, assoalhos feitos do mesmo material, não sendo encontradas casas confeccionadas de troncos de palmeiras como paxiúba (*Socratea exorrhiza*) e/ou açazeiros. Entretanto, se encontraram algumas residências construídas em alvenaria, em número bem menor, cerca de 10%. A cobertura das casas quase sempre é com telhas de barro, representando 89% dos casos abrangidos na referida pesquisa. Em relação

à estrutura sanitária, especificamente no que tange ao esgotamento: 52% possuíam fossa negra; 37% fossa séptica; e 11% não detinham qualquer equipamento. Quanto ao vaso sanitário: em 56% das residências dos entrevistados, era de porcelana; 26% de madeira; e 15% sistina.

As famílias são compostas por no máximo nove indivíduos, e no mínimo dois. Entre os entrevistados, registram-se casais com até sete filhos e casais de idosos sem filhos. As casas, em geral, são equipadas com aparelhos doméstico.

Em relação à escolaridade: 62% dos chefes da família (41% mulheres e 59% homens) possuíam apenas o ensino fundamental incompleto; 21% não possuem escolaridade alguma, são analfabetos totais; 7% detinham o ensino fundamental completo; apenas 3% o ensino médio incompleto; e 7% o ensino médio completo. Essa condição indica que há um severo déficit educacional nas ilhas de Belém, o que evidencia um quadro geral de baixa escolarização e semianalfabetismo, pois, mesmo com algumas séries cursadas, grande parte ainda encontra dificuldades para ler e assinar seu nome.

Em termos de religiosidade, os resultados indicam que a maioria dos entrevistados se identifica com as igrejas neopentecostais, ou seja, 57% dos chefes de famílias entrevistados, enquanto os congregados na igreja católica representam 43%.

Entre os entrevistados, 54% informaram que participam de alguma forma de organização social. Dentre esses, os resultados indicam que: 33% possuem ligação com a colônia de pescadores; 27% com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belém (STTR); 13% com a Associação dos Produtores Rurais do Piriquiretaquara. Ou seja, 73% dos entrevistados estão ligados a algum tipo de organização coletiva de agricultores e/ou de pescadores. Quanto à não participação, verificou-se que, alguns encontravam dificuldades em associar-se, alegando burocracia, por falta de sindicato e de cooperativas nas Ilhas, falta de documentação pessoal e baixa representatividade política, já que alguns consideram que “não tem uma pessoa à frente da comunidade”¹².

Sobre a existência de algum projeto desenvolvido com entidades nacionais ou internacionais de cooperação, associação para o desenvolvimento social, econômico, ambiental e político, 62% dos entrevistados responderam que não existia nenhum tipo de projeto dessa natureza, enquanto 38% afirmaram que sim. Os 38% que responderam positivamente, afirmaram que

¹² Entrevista de pesquisa concedida pelo Entrevistado 24, na Ilha do Murutucu, Belém-PA, em 2014.

os projetos estavam relacionados à Captação de Água da Chuva (Ilha Grande) (11%), projetos de assentamento do Incra (45%) e da Sociedade Bíblica do Brasil (33%) – que promove assistência à saúde esporádica e apenas 11% não soube responder, detalhando algum tipo de projeto de financiamento, capacitação ou assistência.

Quanto à ocupação da terra entre as famílias estudadas, observou-se a ocorrência predominante da forma tradicional. O que se chama de forma tradicional é a passagem da posse por hereditariedade entre os membros de uma mesma família, e que muitas vezes expressa um processo bastante antigo de ocupação e não implica compra e venda no mercado. Essa forma guarda bastante semelhança com os sistemas de distribuição de terras das ilhas do Baixo Tocantins (Costa, 2006). Talvez esse fato esteja relacionado à antiga ocupação do campesinato dessas regiões, que data do período colonial. Nas ilhas pesquisadas, verificou-se que o acesso à terra entre os entrevistados se deu por herança em 56% dos casos, por compra em 26%, ocupação 11% e doação 7%.

Vale ainda ressaltar que são lotes diminutos, muitas vezes correspondendo, no máximo, numa classificação, a um pequeno quintal, à semelhança dos lotes urbanos. Por essa razão, alguns dos habitantes das ilhas estudadas podem ser identificados como moradores rurais. A maioria, cerca de 70% dos entrevistados, exploram áreas maiores, embora, no geral, sejam microespaços de domínio familiar com área entre 02 e 04 ha¹³. O tamanho diminuto dos estabelecimentos¹⁴ é compensado pelas áreas de livre acesso (Fenny *et al.*, 2001) de pesca, que permitem absorção de parte da mão de obra familiar e a subsistência das famílias.

Por fim, a pesquisa evidenciou que 74% das famílias entrevistadas informaram não serem atendidas por nenhum tipo de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A ausência desse serviço, para mais de dois terços das famílias, denuncia a falta de uma política pública específica voltada para o desenvolvimento sustentável do estuário amazônico, algo que deveria mudar em face dos desafios para os sistemas de produção, que serão abordados na próxima seção.

¹³ Em face dos mecanismos de herança, a tendência do tamanho médio dos estabelecimentos familiares é a redução, fato que se observa claramente nas áreas estudadas.

¹⁴ Conforme IBGE (2017, p. 35): “toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de estar na área rural ou urbana, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família)”.

4.2 SISTEMA DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RIBEIRINHA DAS ILHAS DO COMBU, MURUTUCU E GRANDE

Esta seção tem por objetivo apresentar e discutir, brevemente, a configuração do sistema de produção dominante nas localidades estudadas. Não foram verificadas diferenças quanto a este elemento entre as ilhas.

A principal atividade econômica desenvolvida pelas famílias estudadas é o manejo do açaí nativo, tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização. Após o término do período de safra do açaí (julho a dezembro), os ribeirinhos procuram alternativas de alocação de forças de trabalho e garantia de reprodução. Dentre elas, estão a pesca artesanal do camarão regional, a extração da andiroba (*Carapa guianensis*), a criação de pequenos animais (galinhas e porcos), bem como o cultivo de frutíferas como cacau e cupuaçu, que, por serem nativas dessas áreas e apresentarem valor comercial, também são manejadas.

O sistema de produção típico da agricultura familiar ribeirinha, nas ilhas estudadas, é, portanto, agrohaliêuticoextrativista¹⁵. O sistema de produção, dessa forma, está formado por cinco subsistemas: 1) açaí extrativo manejado; 2) extração de óleos florestais; 3) pesca artesanal, sendo o camarão regional o principal produto; 4) cultivo de lavouras permanentes de cacau e cupuaçu; 5) quintal com fruteiras, hortaliças e pequenos animais.

Contudo, esse sistema de produção enfrenta desafios de sustentabilidade em razão de constrangimentos externos, principalmente a valorização de mercado do açaí. Apesar de seu potencial de sustentabilidade, pela própria lógica da produção familiar no estuário, as condições estruturais nos níveis macro e meso têm sugerido riscos. À diferença de Costa (1994), essas forças externas não tencionam para a deterioração do sistema como resultado da inviabilização da reprodução familiar, mas sim, em face dos desdobramentos ecológicos resultantes da busca por maior produção de açaí, cujo resultado é a homogeneização do ecossistema estuarino, com reflexos ainda desconhecidos para o sistema de produção e para a própria cultura do açaí, além da valorização das terras, produzindo uma tendência de expulsão e risco de diferenciação social.

Observou-se que a tendência de ocupação dos estabelecimentos rurais das famílias ribeirinhas passa pela simplificação dos arranjos agroecológicos, com a expansão da cultura do açaí, ou ainda, da açaização. Carvalho, Alves

¹⁵ Trata-se de um neologismo proposto pelos autores para designar o sistema de produção baseado simultaneamente na agricultura, pesca (haliêutico) e extrativismo.

e Carneiro (2021), em estudo sobre a recuperação florestal em várzeas do estuário, mais especificamente nas ilhas de Abaetetuba, informam que a intensificação do manejo tem provocado alterações na composição florística e perda de biodiversidade. Afirmando ainda que essa dinâmica, se persistir, pode colocar em risco as condições de sobrevivência dos agricultores familiares ribeirinhos. Mas esses não são os únicos desafios ao desenvolvimento e sustentabilidade enfrentados pelos ribeirinhos das ilhas de Belém.

Em termos econômicos, nos deparamos, na pesquisa, com a particularidade e informalidade do tipo de controle de fluxo monetário ou mesmo de insumos e produtos, e ainda de consumo. Por essa razão, torna-se difícil uma inferência quanto a esse ponto.

Quanto à distribuição do trabalho, nota-se divisão sexual bem demarcada entre o trabalho na casa (geralmente das mulheres) e o trabalho fora da casa feito pelos homens. A duração média do tempo de trabalho nas atividades domésticas monta cerca de nove horas, enquanto o trabalho nas demais atividades alcança em médias oito horas diárias, sendo cerca de três horas no quintal, três horas na agricultura (roça e açai), duas horas na mata e aproximadamente meia hora no rio com a pesca.

Entre os estabelecimentos familiares pesquisados, foi identificada a existência de tanques de criação de peixes em 7% dos casos. Em 22% dos estabelecimentos, registra-se a existência de pocilgas para a criação de porcos e 37% contam com galinheiros. Isso demonstra que a criação de pequenos animais é um componente importante do sistema de produção, embora o nível tecnológico adotado seja extremamente baixo. Em geral, as infraestruturas para a criação são bastante rústicas.

Outro componente dos sistemas de produção dos agricultores familiares ribeirinhos das ilhas de Belém é a pesca, seja de peixes ou de camarão. Todas as famílias entrevistadas praticam algum tipo de pesca. Os produtos da pesca são utilizados tanto para consumo da família quanto para a comercialização. A comercialização é mais comum no caso do camarão de água doce. A relevância do camarão se dá também em razão de possibilitar fluxo financeiro na entressafra do açaí, posto que a “safra do camarão” ocorre no primeiro semestre, no momento do inverno amazônico. O camarão se reproduz na vegetação de borda do estuário, por isso, problemas como a poluição por resíduos sólidos, poluição por óleo das embarcações, além da forte pressão de pesca tem contribuído para reduzir os estoques e, com isso, a relevância dessa atividade no sistema de produção. No ambiente doméstico, também se fabrica apetrechos para a produção e extrativismo, um pequeno artesanato, que, não obstante a relevância, é acessório.

A extração da andiroba, assim como o plantio e colheita de árvores frutíferas, como cacau e cupuaçu – fortemente atacados por fungos – são outras fontes de rendas e parte da cultura do agricultor familiar estuarino nas ilhas estudadas. No processo de extração do óleo da andiroba, todas as fases da extração são realizadas nos estabelecimentos rurais, o que indica potencial para verticalização cooperativa, ou comunitária. Esta atividade está pouco desenvolvida também por causa da escassez de árvores matrizes, que têm sido cortadas, em razão da simplificação dos ecossistemas florestais em face da força expansiva do açaí. Tanto na modalidade extrativista, como na agrícola, essa espécie é preponderante e tem se expandido, porque tem garantido a economia das famílias ribeirinhas na maior parte do ano, mesmo na entressafra, quando usam a reserva econômica do período anterior para sobreviverem. Por isso, os agricultores familiares ribeirinhos têm procurado estabelecer e ampliar cultivos de açaí.

Por esta razão, a ideia de extrativismo corresponde cada vez menos à realidade da agricultura familiar do estuário. Com a ampliação das áreas de manejo e a força econômica do açaí, é mais correto falar de agricultura, embora seja uma agricultura adaptada às condições de várzeas, que ainda não foi completamente apropriada pela agricultura convencional.

Esse fato é muito importante, pois os sistemas de produção dos ribeirinhos das ilhas de Belém são intrinsecamente complexos. Contudo, a partir da pressão de mercado, os sistemas de produção estão se desenvolvendo no sentido da especialização, ou seja, açaiização. Sistemas de produção especializados são mais vulneráveis a crises técnicas e de mercado. A forma imanentemente complexa desses sistemas de produção relaciona-se com a manutenção da própria estrutura ecológica dos agroecossistemas, mas a açaiização produz, adicionalmente, o risco de simplificação ecológica. Além disso, eleva-se a biomassa exportada para fora do sistema sem se conhecer adequadamente a capacidade de fertilização das marés. Estudo em outras regiões dos estuários seria relevante para confirmar se a açaiização se configura como uma tendência geral.

Adicionalmente, observa-se potencial para outras atividades, desde que haja investimento em tecnologia e formação de capital social (Putnam, 1999), como é o caso das pequenas criações, cultivo de cacau, meliponicultura, entre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas de campo realizadas nas ilhas do Combu, Murutucu e Grande permitiram descrever as principais características socioeconômicas, ecológicas e agronômicas das formas de produção adotadas pelas famílias entrevistadas. Em termos socioeconômicos, destaca-se a grande demanda não assistida por assistência técnica rural e as deficiências em termos de infraestruturas sociais e sanitárias.

Os sistemas de produção estão baseados fundamentalmente na exploração do açaí e do camarão, que se complementam em termos de fluxos de renda. Além desses componentes, também se verifica pesca variada, quintal, criação de pequenos animais, cultivo de cacau e cupuaçu, fabrico de apetrechos de pesca e extração de óleo vegetal como a andiroba. Com isso, pode-se afirmar que se trata de um sistema de produção agroaliêuticoextrativista. Embora estejam localizadas nas ilhas de Belém, as atividades e modo de vida das famílias estudadas podem ser definidas como rurais, com predominância de mão de obra familiar ou economia doméstica.

Dessa forma, pode-se pensar a realidade estudada em termos da categoria geral de agricultura familiar, por se tratar de unidades econômicas em que a gestão e o trabalho estão a cargo das famílias. Contudo, sua relação com o rio, dada pela pesca (subsistência), transporte e fertilização dos agroecossistemas, estabelece uma particularidade, uma especificidade, razão pela qual essas unidades de produção podem ser conceituadas como agricultura familiar ribeirinha. Nesse sentido, a agricultura familiar ribeirinha se insere como uma forma específica de agricultura familiar típica do estuário amazônico e com sistema de produção intrinsecamente diversificado.

Considerando dados de mercado e produção, o estudo aponta a existência de um novo ciclo produtivo na região: o ciclo do açaí. Tal expansão tem influência direta nos sistemas de produção, notadamente o risco de açaiização, que pode lavar a problemas agroecológicos e socioeconômicos.

O estudo da dinâmica do sistema de produção permitiu identificar tendênciadexpansão da exploração do açaí, sема adoção de técnicas de manejo que possibilitam manter a biodiversidade original do agroecossistema. Esse processo de açaiização traz consigo riscos agroecológicos e socioeconômicos. Em termos agroecológicos, a simplificação pode trazer riscos de surgimento de pragas e doenças e a especialização pode expor os estabelecimentos à crise técnica. Em termos socioeconômicos, a “injeção” de recursos do açaí coloca a disjunção diferenciação demográfica versus diferenciação social. O

desenvolvimento da agricultura familiar no estuário amazônico pode estar entre a “*farmerização*” com aumento da renda e manutenção da base familiar ou “*junkerização*” com diferenciação social e desestruturação da base familiar. Pode ser cedo para afirmar, mas essas hipóteses estão colocadas no horizonte societal deste rural particular da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 286 p.
- ABRTAFRUTAS. Exportação de açaí cresce quase 15.000% em dez anos. **Abrafrutas**, Brasília, DF, 27 maio 2021. Disponível em: <https://abrafrutas.org/2021/05/exportacao-de-acai-cresce-quase-15-000-em-dez-anos/>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- ALLEGRETTI, M. H. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: a região amazônica e as atividades extrativas. *In*: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (org.). **Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Paris: UNESCO, 1996 P. 14-33.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ARIMA, E.; MACIEL, N.; UHL, C. Oportunidades para o desenvolvimento do estuário amazônico. **Imazon**, Belém, 1998. Disponível em: <https://imazon.org.br/oportunidades-para-o-desenvolvimento-do-estuário-amazonico-n-15/>. Acesso em: 20 set. 2022.
- CARVALHO, R. C.; ALVES, L. F. N.; CARNEIRO, R. V. Recuperação florestal em várzeas do estuário amazônico submetidas ao manejo intensivo de açazais. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1-22, 2021.
- CASTELLANET, C.; SIMÕES, A.; CELESTINO FILHO, P. **Diagnóstico preliminar da agricultura familiar na Transamazônica: indicações para pesquisa desenvolvimento**. Belém: Embrapa-CPA TU, 1998. 48 p.
- CASTRO, J. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 7ª ed. revista e aumentada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965. v. 1.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. *In*: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 47-70.

CAZELLA, A. A.; ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 46-69, 1999.

CHAVES, M. S.; SIMONETTI, S. R.; LIMA, M. S. Pueblos ribereños de la Amazonía: haberes e habilidades. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 2, p.129-139, 2008.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COSTA, F. A. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre agricultura familiar na Amazônia. **Paper do NAEA**, Belém, n. 29, p. 1-34, 1994.

COSTA, G. S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: Editora NAEA, 2006.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010. 326 p.

EMBRAPA. Área plantada com açaizeiros de terra firme gerados pela pesquisa cresce 675% no Brasil. **Embrapa**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/79157772/area-plantada-com-acaizeiros-de-terra-firme-gerados-pela-pesquisa-cresce-675-no-brasil#:~:text=Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20impacto%20da%20cultivar,indica%20estudo%20conduzido%20pela%20Embrapa>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J.; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. *In*: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p. 17-42.

FERREIRA, M. L. **Manejo de açaizais**. Marituba: EMATER-Pará, 2013. (Manual técnico, 9).

FIGUEIREDO, R. B.; HURTIENNE, T. Dinâmicas dos sistemas de produção, estratégias de intensificação e o papel da tecnologia de *MULCH* na economia familiar. *In*: COSTA, F. A.; HURTIENNE, T.; KAHWAGE, C. (org.). **Inovação e difusão tecnológica para a agricultura familiar sustentabilidade na Amazônia Oriental: resultados e implicações do projeto SHIFT** socioeconomia, Belém, UFPA/NAEA, 2006. p. 119-150.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, [s. l.], Vol. 6, No. 4, p. 361- 73, 1990.

FURTADO, G.; MANESCHY, M. C. Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil. *In*: COLLOQUE NATIONAL ET INTERNATIONAL – ENTRE TERRE ET MER – SOCIETES LITTORALES ET PLURIACTIVITES XV-XX SIECLES, 2002, Lorient. *Annales* [...]. Lorient: [s.n.], 2002. Não paginado.

GODOI, E. P.; MENEZES, M. A; MARIN, R. E. A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2.

HIRAOKA, M. Mudanças nos Padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. *In*: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W. M.; MELLO, A. F. (org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. MPEG: Belém, 1993. p. 133-157.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Características gerais das produções agropecuária e extrativista, segundo a cor ou raça do produtor e recortes territoriais específicos**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73101> Acesso em: 20 jan. 2024.

INCRA. Superintendência Regional do Pará Belém SR – 01. Assentamentos: informações gerais. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index>. Acesso em: 01 out. 2021.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidade ribeirinhas na Amazônia: organização social e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. **Agricultura familiar brasileira: desafio e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 42-64.

MURRIETA, R. S. S.; BRONDÍZIO, E.; SIQUEIRA, A.; MORAN, E. F. Estratégias de subsistência de uma população ribeirinha do rio Marajó-açu, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém v. 5, n. 2, p. 147-163, 1989.

NEVES, D. P. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. *In*: LOPES, E. S.; MOTA, D.; SILVA, T.M. (org.). **Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ EMBRAPA, 2002. p. 131-159.

ODUM, E. P. **Fundamentos de ecologia**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PANTOJA, V.; MAUÉS, R. H. O Círio de Nazaré na constituição e expressão de uma identidade regional amazônica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 57-68, jul./dez. 2008.

PEREIRA, H. S. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. *In*: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus, EDUA, 2007. p. 11-30.

PUTNAM, H. W. **Capital social e desempenho institucional: comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

QUEIROZ, J. A. L.; MOCHIUTTI, S. **Guia prático de manejo se açaiçais para a produção de frutos**. 2. ed. Macapá: Embrapa Amapá, 2012.

RENTE NETO, F.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

REYNAL, V.; MUCHAGATA, M. G.; TOPALL, O.; HÉBETTE, J. **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica**. Belém: LASAT/CAT, 1996.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. Agricultura familiar: elementos empíricos e teóricos. *In*: SCHMITZ, H. (org.). **Agricultura familiar, extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo, Annablume, 2010. p. 23-42.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 82-109.

SEDAP. Exportação do agronegócio Estado do Pará: visão geral, principais produtos principais destinos. **Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Estado do Pará**, Belém, 2023. Disponível em: www.sedap.pa.gov.br/content/açaí. Acesso em: 24 fev. 2023.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TAVARES, E. D.; MOTA, D. M.; IVO, W. M. P. M. (ed.). **Agricultura familiar em debate - Anais**. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997. p. 9-40.

Submissão: 14/10/2022 • Aprovação: 09/02/2024